

VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações



Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL



CEPPAC



UnB



IBAMA
M M A

VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Ministério do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis**
Curt Trennepohl

Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
Edmundo Soares do Nascimento Filho

Centro Nacional de Informação Ambiental
Jorditânea Souto



VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro

Brasília, 2012

EDIÇÃO

Universidade de Brasília – UnB
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPPAC
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis – Ibama

Produção Editorial

Centro Nacional de Informação Ambiental – Cnia

SCEN - Trecho 2 - Bloco C - Edifício-Sede do Ibama

CEP 70818-900, Brasília, DF - Brasil

Telefones: (61) 3316-1225/3316-1294

Fax: (61) 3307-1987

<http://www.ibama.gov.br>

e-mail: editora@ibama.gov.br

Equipe Técnica

Capa e diagramação

Paulo Luna

Normalização bibliográfica

Helionídia C. Oliveira

Revisão

Maria José Teixeira

Enrique Calaf

Vitória Adail Brito

Catálogo na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

V299 *Variações interétnicas: etnicidade, conflitos e transformações* – Stephen Grant Baines...[et al.]. Organizadores. – Brasília: Ibama; UnB/Ceppac; IEB, 2012.

560 p. : il, color. ; 21 cm

ISBN 978-85-7300-362-8

1. Etnia. 2. Índio. 3. Recursos naturais. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Baines, Stephen Grant. II. Silva, Cristhian Teófilo da. III. Fleischer, David Ivan. IV. Faleiro, Rodrigo Paranhos. V. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. VII. Cnia. VIII. IEB. IX. UnB. X. Título.

CDU(2.ed.)502.175(047)



Atribuição-Uso não-comercial-Compartilhamento pela mesma licença
CC BY-NC-SA

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Agradecemos

*À Jorditânea Souto,
ao Paulo Luna e à equipe
do setor de editoração do Ibama,
ao Programa de Pós-Graduação em
Estudos Comparados sobre as Américas
do CEPPAC/UnB
e à Maria José Gontijo
do Instituto Internacional de
Educação do Brasil.*

Sumário

Apresentação 11

Introdução 13

Primeira variação: identidade, movimento e territorialização

Capítulo 1 Contatos interétnicos em regiões de fronteiras:
a visão dos Ticuna e dos Galibi do Oiapoque. 19
Claudia López Garcés

Capítulo 2 Memória, identidade e território dos Arara:
uma análise a partir do contexto de identificação da Terra
Indígena Arara do Igarapé Humaitá/AC, Brasil. 43
Cloude de Souza Correia

Capítulo 3 Os Laklãñõ na região do Alto Vale do Itajaí, estado de Santa
Catarina, Brasil. 59
Alexandro Machado Namem

Capítulo 4 Wyty-Catê: cultura e política de um movimento
Pan-Timbira. 97
Jaime Garcia Siqueira

Capítulo 5 Uma aventura entre a cruz e a espada que mudou a história:
20 anos de luta indígena no Rio Negro. 129
Gersem José Santos Luciano

Segunda variação: desenvolvimento e meio ambiente

Capítulo 6 A natureza dos povos indígenas e os povos indígenas e a
natureza: novos paradigmas, desenvolvimento sustentável e a
politização do bom selvagem. 165
Thiago Ávila (in memoriam)

Capítulo 7	Trocando vitalidade: um exemplo de manejo ecológico no noroeste amazônico. 177 <i>Luis Cayón</i>
Capítulo 8	Ecoturismo e conservação no litoral norte da Bahia: um olhar sobre a interação entre cientistas conservacionistas e a comunidade costeira. 205 <i>David Ivan Fleischer</i>
Capítulo 9	Os Tremembé do litoral nordestino e um empreendimento turístico internacional. 229 <i>Isis Maria Cunha Lustosa e Stephen G. Baines</i>
Capítulo 10	São Thomé das Letras e São Jorge: gênese, conflito e identidade na constituição dos atrativos para um mercado turístico. 247 <i>David Ivan Fleischer e Rodrigo Paranhos Faleiro</i>
Capítulo 11	Dois conceitos articuladores no contexto indigenista de Roraima: projeto e desenvolvimento.283 <i>Maxim Repetto</i>
Terceira variação: conflitos, direitos e Estado	
Capítulo 12	Náwa, índios ou ribeirinhos? Quando os órgãos públicos entram em conflito. 321 <i>Rodrigo Paranhos Faleiro</i>
Capítulo 13	Conflito socioambiental sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território do Monte Pascoal e seu entorno. 339 <i>Luis Guilherme Resende de Assis</i>
Capítulo 14	Projeto de mineração do São Francisco e da Terra Indígena Araré/MT: um caso de negação ao exercício da governança local 351 <i>Cláudia Tereza Signori Franco</i>
Capítulo 15	A identificação de terras indígenas como objeto de investigação antropológica. 367 <i>Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves</i>

Quarta variação: etnicidade, midiaticização e outras metamorfoses

- Capítulo 16 Por uma Antropologia visual das relações interétnicas: impressões sobre a exclusão social e a inclusão da arte indígena em Vancouver, Canadá. 399
Cristhian Teófilo da Silva
- Capítulo 17 Além da técnica: o simbólico nas artes indígenas. 419
Katianne de Sousa Almeida
- Capítulo 18 Um estudo das transformações musicais e festivas entre os Kalunga de Teresina de Goiás, Brasil. 447
Thais Teixeira de Siqueira
- Capítulo 19 Los petroglifos de América del Sur. 467
Santiago Plata Rodríguez
- Capítulo 20 Comentários sobre Yanomamo Series. 479
Maria Inês Smiljanic
- Capítulo 21 Metamorfoses Sanumá e a subjetivação dos objetos. 497
Sílvia Guimarães

Quinta variação: perspectivas extracontinentais

- Capítulo 22 Identidades sociais no Líbano: sectarismo, etnicidade e outras variáveis. 511
Leonardo Schiocchet
- Capítulo 23 De anedotas antropológicas a perspectivas do contato em África: reflexões Herero. 539
Josué Tomasini Castro

Apresentação

Está completando 15 anos que o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) surgiu, em 1997, a partir de uma conversa entre Maxim Repetto que, à época, estava cursando o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, e Stephen G. Baines, professor do Departamento de Antropologia, que vem coordenando o Grupo desde o início. Nos anos anteriores, organizamos alguns seminários sobre temas relacionados à etnologia indígena com enfoque em relações interétnicas, e com a criação do Geri, sistematizamos reuniões informais em que alunos da pós-graduação e da graduação em Antropologia, professores, indigenistas e outros podiam apresentar suas pesquisas relacionadas a temas de relações interétnicas, no sentido amplo. As reuniões do Geri, que vêm acontecendo de três em três semanas, nas tardes de sextas-feiras, tornaram-se um espaço para discutir pesquisas em andamento, teses de doutorado e dissertações de mestrado e de graduação em fase de elaboração final ou já defendidas, além de trabalhos de indigenistas interessados em compartilhá-los num ambiente acadêmico com a presença de alguns dos alunos mais dedicados do Departamento de Antropologia. As reuniões do Geri representam um espaço para discussões livres de professores e alunos, muitos dos quais trabalham em etnologia indígena, mas não exclusivamente, abrangendo outras pesquisas que lidam com relações interétnicas.

Com a saída de Maxim Repetto para realizar sua pesquisa de campo sobre organizações indígenas e educação superior indígena em Roraima e, posteriormente, para assumir o cargo de professor concursado do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena na Universidade Federal de Roraima, outros alunos e ex-alunos do Departamento de Antropologia da UnB (DAN) assumiram voluntariamente a organização das reuniões do Geri. Foi criada uma home page no site da UnB com a colaboração de Maxim Repetto e, posteriormente, de Cristhian Teófilo da Silva, então aluno de doutorado do Departamento de Antropologia, depois professor concursado do Ceppac/UnB. Em 2006, o Geri passou a constar como evento de extensão da UnB, atraindo mais alunos e pessoas interessadas.

A partir de 2009, o Geri foi ampliado incluindo o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe (Ceppac), da UnB, tendo os professores Stephen G. Baines e Cristhian Teófilo da Silva como coordenadores pelo DAN e pelo Ceppac, respectivamente.

Ao completar 10 anos, o Geri e os seus atuais colaboradores Cristhian Teófilo da Silva e Rodrigo Paranhos sugeriram a publicação de um livro que reunisse alguns dos trabalhos apresentados. A resposta nos surpreendeu e muitas pessoas expressaram seu interesse em publicar artigos baseados nas suas apresentações.

A partir de intenso diálogo com os autores, que perdurou 3 anos, os quatro organizadores deste livro prepararam o material que o compõe. Em seguida, ao iniciarem os contatos com possíveis editoras que pudessem editá-lo, foram surpreendidos com a manifestação de interesse de quatro delas. Após quase um ano de negociação com várias editoras interessadas na publicação, o livro foi encaminhado às Edições Ibama, que realizou os serviços de editoração e disponibilizou o livro gratuitamente em seu catálogo virtual. Já a impressão desse livro foi viabilizada graças ao apoio financeiro de coeditores, Instituto Internacional de Educação do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do CEPPAC da Universidade de Brasília, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas e Departamento de Antropologia.

O conjunto de trabalhos disponibilizados neste livro reforça a seriedade de experiências nascidas na informalidade ou no compromisso com um tema. Dividida em cinco partes, a obra contempla com excelência temas e recortes ainda pouco explorados, abrindo espaço para novas discussões e reflexões no campo das relações interétnicas. Com este livro, convidamos os leitores a navegarem por essas páginas em uma singular experimentação de alteridade por meio das relações interétnicas.

SEGUNDA VARIAÇÃO

desenvolvimento
e meio ambiente



Capítulo 10

São Thomé das Letras e São Jorge: gênese, conflito e identidade na constituição dos atrativos para um mercado turístico

David Ivan Fleisher e Rodrigo Paranhos Faleiro

Introdução

Este trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado (defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB)) e de uma monografia de especialização (apresentada no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade de Campinas (Nepam/Unicamp)). Na primeira, David Ivan Fleisher realizou estudo no município de São Thomé das Letras, em Minas Gerais, sobre conflitos sociais que existiam entre nativos e forasteiros, a partir da análise de situações específicas como mineração, turismo, festas locais, religião e patrimônio histórico. Na segunda, trabalho multidisciplinar de vários autores, Rodrigo Paranhos Faleiro dedica-se a analisar o povoado de São Jorge, no município de Alto Paraíso, em Goiás, para subsidiar a discussão central sobre a viabilidade ou não do turismo ecológico.

A partir desse diálogo, propomo-nos a discutir os conflitos socioculturais entre as populações tradicionais, ou nativos, e os grupos estrangeiros que vão chegando à região ou de fora, que culminam em reelaborações simbólicas e concretas do espaço e da economia local. Nessa dinâmica, as populações autóctones dos povoados diversificam-se com o estabelecimento de outros grupos sociais, que, por sua vez, ao serem incorporados à comunidade, cada vez mais heterogênea, enfrentam problemas com outros grupos que continuam a chegar.

A dinâmica com a qual nos deparamos ofertou-nos a possibilidade de refletir a respeito dos seguintes assuntos: a) a relação entre as pequenas comunidades e os centros urbanos próximos; b) a heterogeneidade, homogeneidade e hegemonia de diferentes grupos sociais inseridos em uma comunidade; c) as relações entre os grupos diante de situações de conflito; d) a percepção que esses grupos têm do espaço simbólico e concreto no qual convivem; e) a constituição do mercado turístico nessas comunidades; f) a relação entre os

grupos sociais da comunidade e os turistas. Questões bastante ricas, problemáticas, abrangentes e recorrentes (há situações similares em outras partes do mundo), serão tratadas neste trabalho mediante a análise histórica do processo de ocupação dessas regiões, por populações culturalmente distintas.

Para isso, apresentaremos nosso diálogo a partir: a) da caracterização das localidades e sua inserção regional; b) da composição histórica da comunidade atual e do papel do conflito e da identidade nas comunidades; c) da percepção do turista sobre a realidade local.

São Thomé das Letras e São Jorge: dois santos, duas localidades, duas regiões e as mesmas dinâmicas



Figura 1 - Mapa de São Thomé das Letras.

O município de São Thomé das Letras e o povoado de São Jorge estão situados no Planalto Centro-Sul mineiro e no Planalto Central do Brasil, respectivamente. Apesar de localizados no interior do País e na área de domínio do bioma Cerrado, ambos diferenciam-se pelo relevo – acidentado no primeiro e mais amainado no segundo, o que não impede a existência de belas paisagens, onde as matas de galeria, veredas e campos limpos são entrecortados por rios e formações rochosas que abruptamente culminam em cachoeiras bastante almejadas pelos turistas.

Além disso, o Planalto Central recebe conotações simbólicas de distintas cosmologias. Segundo algumas profecias, a região seria preservada no final dos tempos para abrigar os humanos aptos à Nova Era. Para outros, essa região distingue-se das demais por sua formação rochosa, seu relevo e por ser um dos centros energéticos do planeta, ou ainda, para os ufólogos, trata-se do local de pouso de naves alienígenas, de transição dessa dimensão para outras, e de contato entre humanos e outros seres terrenos, cósmicos ou espirituais.

Conhecendo São Thomé das Letras

A pequena cidade de São Thomé das Letras fica localizada na região sul do estado de Minas Gerais, estando equidistante de São Paulo e de Belo Horizonte. A área urbana do município está localizada no topo de uma montanha a uma altitude de 1.480 metros e rodeada de vales por todo o seu redor. Da parte mais alta da cidade tem-se uma visão de 360°, podendo-se avistar várias cidades vizinhas.

A vegetação local é de Cerrado e conta com grande biodiversidade de fauna e de flora. A agricultura tem desmatado boa parte das regiões de Cerrado, mas, recentemente, com o aumento do turismo, várias áreas passaram a ser preservadas, principalmente ao redor dos córregos e riachos que cruzam o município. Entre as pedras está uma rica fauna de insetos e de roedores. Já na mata é possível encontrar onças, jaguatiricas, cobras, roedores e grande variedade de pássaros. Parte dessa fauna está incorporada ao folclore da região.

O solo no topo da montanha é composto de quartzito, pedra de grande dureza, extraída em grandes quantidades, e que permite comercialização lucrativa para as pedreiras da cidade. Nos vales, o solo é composto de terra vermelha, muito boa para o plantio de café. Nos últimos anos, o cultivo de café tem aumentado consideravelmente no município.

A pedra encontrada em São Thomé é uma das características que melhor identifica a cidade, pois a cidade é cercada por elas, sendo usada não apenas na pavimentação de ruas e calçadas, mas também em algumas edificações e apoiando, com grandes rochas, alguns pontos turísticos da cidade como o mirante, o cruzeiro, a casa da pirâmide e a gruta de São Thomé.



Figura 2 - Vista de São Thomé das Letras do topo da montanha.

A economia da cidade tem base na mineração de pedras de calcário, no turismo, no comércio e na agricultura. À época da fundação da Vila de São Thomé das Letras, a agricultura era a atividade que gerava renda para a região. Quando se descobriu extensas reservas de pedra de quartzito, no topo da montanha – onde hoje localiza-se a cidade de São Thomé das Letras –, a mineração passou a ser a principal atividade econômica do município e a responsável pelo aumento da força de trabalho e pela consolidação da cidade.

São Thomé das Letras tem sido, nas últimas três décadas, um dos principais locais de refúgio para boa parte dos moradores de São Paulo e Belo Horizonte. Muitos estabelecem residência no local depois de visitá-lo como turistas. Existem vários motivos que atraem novos moradores a São Thomé das Letras, como a localização, o relevo, a arquitetura, o misticismo e o esoterismo.

Por estar no alto de uma montanha e rodeada por vales, a vista que se tem do mirante impressiona qualquer turista, sendo possível avistar várias cidades. A topografia é um fator que encanta qualquer um que visita a cidade e essa característica singular tem contribuído para a migração de novos moradores a São Thomé das Letras, em comparação com outras cidades.



Figura 3 - Casa típica construída toda em pedra, bem como as ruas e calçadas. As telhas são artesanais, confeccionadas na cidade.

A cidade possui arquitetura peculiar e a maioria das casas é construída com pedras extraídas da mineração local. A disponibilidade desse material e a dificuldade de transportar outros materiais de alvenaria levaram os primeiros moradores a desenvolver tecnologias locais de construção com pedra, pois exige mão de obra especializada e pode levar de três a quatro vezes mais tempo para ser construída do que uma edificação de alvenaria. Por esses motivos, a

maioria dos moradores opta por construir em alvenaria. Mesmo assim, a área urbana ainda é fortemente marcada pelas construções de pedra, que são mais duráveis e não exigem manutenção, mantendo-se originais por período muito mais longo do que uma edificação de alvenaria. Além das casas de pedra, todas as ruas e calçadas da vila são pavimentadas com as pedras locais.

O misticismo e o esoterismo transformaram-se, ao longo dos anos de intenso influxo de turistas e migrantes (décadas de 1980 e 1990), em elementos constituintes da identidade local e tornaram-se importantes atrativos para os turistas. Parte considerável dos visitantes que desembarcam em São Thomé das Letras vem em busca de experiências extrassensoriais, esotéricas e místicas. Muitos dos migrantes das grandes cidades trouxeram práticas místicas e esotéricas para a região, fortalecendo e tornando uma marca registrada de São Thomé das Letras, transformando a cidade em ponto de convergência de várias crenças. No município, além da Igreja Católica e da Assembleia de Deus, estão presentes também o Santo Daime, a Umbanda, o Candomblé, a Sociedade Eubiose e a Comunidade Espírita.

Ufólogos também procuram São Thomé das Letras em busca de pistas de alienígenas e de Objetos Voadores Não Identificados (Ovnis). Eles defendem a tese de que a pedra de São Thomé emite energia específica que atrai os Ovnis para a região. Os místicos acreditam que essa mesma energia das pedras é purificadora e faz da cidade um local privilegiado para a ascensão espiritual e o autoconhecimento. Verdades ou não, essas teorias têm tido valor simbólico significativo e atraído um número cada vez maior de curiosos. Muitos turistas visitam São Thomé das Letras para conhecer, experimentar e, possivelmente, confirmar essas teorias. Se, por um lado, esse conjunto de atributos naturais (formação, revelo, cursos d'água e localização) e esotéricos (crenças religiosas e ufológicas) agrega diferentes significados a São Thomé das Letras, por outro, consolida-se como forte atrativo turístico local, que já é importante fonte geradora de renda e de desenvolvimento para o município.

O poder público vem anunciando formas de apoio à atividade turística. Os sucessivos governos municipais da última década (2000-2009) empenharam-se em prol de um turismo sustentável, porém ainda falta uma Secretaria de Turismo que consolide as ações necessárias para que o turismo seja mais incrementado. Nesse mesmo período, o governo do estado incentivou os municípios com potencial turístico a traçarem um plano de exploração turística e a desenvolverem programas que visem um turismo mais sustentável. Em 1999, o governo estadual mapeou toda a região e classificou-as com potencial turístico. São Thomé das Letras, por exemplo, está no circuito Vale Verde e Quedas D'água, que inclui outros cinco municípios do sul de Minas Gerais com potencial para o ecoturismo.

A partir de então, a cidade é considerada como destino de ecoturismo nos roteiros do estado e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Depois de quase perder o título de município com potencial turístico, por causa da falta de interesse da gestão municipal de 1996-2000 em investir, a cidade passou em 2001 a receber pequena verba da Embratur para projetos de infraestrutura que facilitassem a vinda de visitantes durante feriados prolongados como Carnaval ou Festa de Agosto, evento que celebra o aniversário da cidade e que se tornou a principal festa anual do município. Com esses diferentes investimentos estaduais e federais, a vila é visitada por norte-americanos, canadenses, argentinos, venezuelanos, bolivianos, alemães, espanhóis, japoneses, coreanos etc.

À noite, em São Thomé das Letras, o céu convida a todos a assistirem, do topo das pedras, as inúmeras estrelas cadentes, ou esperar que um Ovni aporte por lá. Em dias de chuva, é possível assistir ao festival de raios e relâmpagos na região. Além disso, na animada vida noturna, de quinta-feira a domingo, assiste-se aos músicos da cidade nos bares e praças, come-se nos restaurantes abertos para turistas e encontra-se os moradores locais que saem de casa para beber, prostrar na calçada ou ver o céu estrelado no alto das pedras.

Conhecendo São Jorge



Fotos: Sáskia F. Lima.

Figura 4 - Vista do povoado de São Jorge no limite do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV).

O mosaico de paisagens que caracterizam o Cerrado é enriquecido pela altitude da Chapada dos Veadeiros, onde está incrustado o povoado de São Jorge, pois, apesar do relevo amainado, a variada altitude da região (entre 600 e 1.650 metros) permite a visão de diversos gradientes do Cerrado (veredas, várzea, campo limpo, campo sujo, cerrado e cerradão) e também a vegetação de altitude, as matas de galeria e de encostas. Tudo isso é entrecortado pelo Rio Preto, entre outros afluentes do Rio Tocantins, e marcado por cânions, cachoeiras e outras formações rochosas por onde passam as águas pretas que compõem o cenário.

A paisagem da região repousa sobre rochas originárias do período Pré-cambriano, com composição predominantemente granítica (IBAMA, 1989). Apesar da localização da chapada estar na rota dos viajantes que vinham da Bahia rumo a Goiás, a ocupação do que viria a ser o Povoado de São Jorge está relacionada à extração do cristal de rocha. O ciclo de extração desse mineral atingiu seu apogeu no início do século XX, quando o cristal era indispensável na fabricação de alguns equipamentos de comunicação.

Além das paisagens e da composição do solo da chapada, outro fator preponderante na caracterização do cenário é a proximidade de Brasília, pois, quando a capital foi transferida do Rio de Janeiro, novos investimentos foram feitos. De um lado, foi criado o Parque Nacional do Tocantins e do outro, em oposição à existência do parque, o filho do então governador de Goiás coordenou a aplicação de recursos em Alto Paraíso (município onde está localizado o Povoado de São Jorge), vislumbrando torná-lo um polo turístico – projeto que foi abandonado com a morte dele em um acidente na região. Ainda assim, o Parque Nacional do Tocantins foi diminuído a um décimo do seu tamanho original e passou a ser denominado de Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

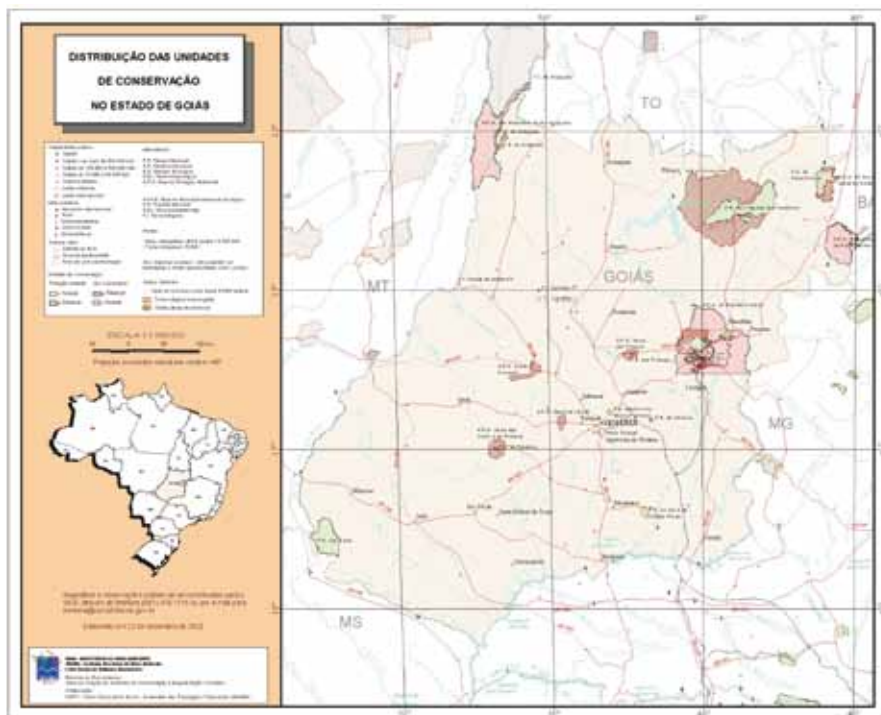


Figura 5 - Mapa de Goiás destacando Brasília, o PNCV e São Jorge.

O resultado da instalação de infraestruturas em Alto Paraíso, da manutenção do decadente garimpo do Povoado de São Jorge e a instalação do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros fomentaram a condição atual da comunidade, pois, até meados da década de 1990, o Povoado de São Jorge era formado apenas por três ruas ligadas pelas extremidades, nas quais se juntavam as casas dos antigos garimpeiros (e outros ainda ativos) que viviam ali. Entre as casas, estavam os quintais com hortas, as criações, as fruteiras e as capoeiras por onde transitavam alguns dos animais silvestres que ainda eram vistos no povoado – lobo-guará, gambás, roedores, aves e répteis.

O Planalto Central foi caracterizado ao longo dos séculos em oposição à condição urbana do litoral. Esse perfil foi alterado gradativamente pela mineração de ouro em Goiás e em Minas Gerais, pela transferência da capital para Brasília, pela consolidação das capitais regionais Belo Horizonte e Goiânia, pela instalação de vias de transporte, pelo avanço tecnológico, que possibilitou

abrir sobre o Cerrado fronteiras agrícolas, e pela disseminação das indústrias do eixo Rio-São Paulo para Minas Gerais, Goiás, entre outros estados.

A instalação do modo urbano nas cidades e povoados tradicionais foi abrupta em alguns casos, pois as práticas econômicas baseadas na pecuária extensiva, na agricultura de subsistência e no extrativismo passaram a dividir os espaços tradicionalmente ocupados ou usufruídos com empreendimentos agrícolas, empresas pecuárias e grandes mineradoras. Apesar disso, os benefícios associados ao desenvolvimento (transporte, comunicação, saúde e educação) foram importantes para atenuar os impactos negativos desses contrastes.

Se, por um lado, a negação do modo de vida tradicional dos povoados era retratada pela instalação de novos modelos de apropriação, ocupação e uso do espaço, por outro, o modo tradicional seguiu existindo à margem do desenvolvimento que tanto encantava. Assim, comunidades como São Thomé das Letras e São Jorge mantiveram-se como relíquias de um passado negado e preservado, onde a magia continua a ser traduzida pela formação geológica que atraiu e atrai a atividade garimpeira e por seus atributos turísticos, potencializado pela proximidade de ambas dos grandes centros urbanos. Ambas são acessíveis, almeçadas e valorizadas por suas belas paisagens e idealizadas como paraísos perdidos. Essa confluência de fatores ambientais, culturais e econômicos será essencial para o nosso entendimento do mercado turístico instalado desde o final do Século XX.

Da diversidade cultural à coesão social: a composição histórica da comunidade atual

A cidade de São Thomé das Letras e o povoado de São Jorge demonstram o impacto que pequenas comunidades com atrativos turísticos sofrem com a instalação de infraestruturas, urbanização regional, adensamento de metrópoles próximas e crescimento populacional local, pois, em ambas, a homogeneidade da comunidade autóctone deu lugar à diversidade cultural em que estão presentes os elementos tradicionais e os que vêm com os novos moradores, cujos grupos são delimitados a partir da identidade e da ideologia construída (autoexpressada) e atribuída ao grupo pelos demais (VELHO, 1985). Condição que pode ser relativizada ou evidenciada segundo o contexto, o que pode ser vislumbrado por meio do processo histórico que gerou a situação atual de ambas.

São Thomé das Letras: história, conflitos e a cidade atualmente

A história que marca o nascimento de São Thomé é cheia de mistérios e dúvidas. Existe uma lenda local contada pelos moradores mais antigos,

principalmente os aposentados, de um escravo que fugiu de uma fazenda próxima e escondeu-se no topo da montanha onde se localiza a cidade. Essa lenda acabou sendo incorporada ao folclore local e está impressa em vários folhetos de turismo distribuídos pelas pousadas e restaurantes.

O escravo chamava-se João Antão e, enquanto estava foragido, no topo da montanha, recebeu a visita de um homem de branco dizendo que retornasse para a fazenda de onde veio, pois seria perdoado por ter fugido. Quando João Antão retornou, seu dono João Francisco perdoou-lhe e pediu a João Antão que o levasse à gruta onde esteve escondido. Ao chegar lá, os dois encontraram uma imagem de São Thomé esculpida em madeira. João Francisco recolheu a imagem e levou-a para sua casa na fazenda. Depois de muitos anos, a imagem desapareceu da fazenda e reapareceu na gruta no alto da montanha. Ao reencontrar a imagem na gruta, João Francisco, que era muito religioso, acreditou que isso seria um milagre e mandou erguer uma capela ao lado da gruta. Em 1785, foi erguida a Igreja Matriz ao lado da gruta. Era o início do povoado de São Thomé.

O nome da cidade faz referência a essa aparição da imagem de São Thomé na gruta e às inúmeras inscrições rupestres que se encontram na entrada da gruta e que se assemelham a letras do alfabeto romano. Segundo estudos do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), são inscrições feitas pelos índios goitacazes que habitaram a região há pelo menos dez mil anos.

A cidade de São Thomé das Letras inicialmente fazia parte do município de São João del Rey. Em 1841, passou a pertencer ao município de Baependi e em 1860 ao município de Lavras. Já no início do século XX, São Thomé das Letras passou a ser administrada pelo município de Três Corações até que, em 1962, foi emancipada politicamente. O município passou a ter área de 398 km² e fazer divisa com Três Corações, Luminárias, Cruzília, Baependi e Conceição do Rio Verde.

Desde meados do século XX, a mineração tem sido a principal atividade econômica do município. Até o começo da década de 1990, a prefeitura da cidade não impunha restrições à mineração, podendo os mineradores dinamitar e extrair pedras em toda a área minerável que circunda os limites da vila. Desde então, o crescimento populacional e as políticas voltadas para o turismo exigiram a imposição de regras e limites geográficos para a mineração como a fixação de horários para usar dinamite e a exigência de equipamentos de segurança para os operários.

A cidade, por muitos anos, parecia uma grande área de garimpo com detritos espalhados por todos os cantos, caminhões carregados de pedras, transitando pela cidade, e explosões constantes e ininterruptas. Na década de 1990, com o incremento do turismo e a demanda organizada dos moradores que atuam na área, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) foram chamados para impor algumas restrições e normas a serem observadas pelos donos das pedreiras. Assim, os pedreiros passaram a ter horário de descanso entre as jornadas de trabalho, banheiro dentro da pedreira, local coberto para as refeições, botas, luvas, óculos especiais e máscaras. Normatizaram também a deposição dos entulhos das pedreiras. Em relação ao controle fiscal, passou-se a um maior controle do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), tributável sobre os carregamentos de pedra.

Na década de 1970, a vila foi descoberta por visitantes de São Paulo e de Belo Horizonte interessados nas belezas naturais e lendas da região. A partir de então, muitos outros visitantes chegam a São Thomé das Letras. Alguns desses primeiros visitantes, posteriormente, tornaram-se moradores e um dos motivos é a tranquilidade do local, a hospitalidade da população, a topografia inusitada, além da possibilidade de viver de forma alternativa, trabalhando com artesanato, agricultura e, eventualmente, com o turismo. Os que vieram primeiro, ainda na década de 1970, só encontravam emprego nas pedreiras, pois era a única atividade que tinha potencial de absorção dessa nova mão de obra. Poucos vieram com capital para manter-se sem trabalhar. Posteriormente, no início da década de 1980, quando a vila cresceu, esses novos moradores – chamados pelos nativos de forasteiros – estabeleceram o comércio local. Isso só aconteceu quando São Thomé das Letras passou a ser opção para turistas de fim de semana. Aos poucos, o turismo passou a ter importância para a economia local. A partir da década de 2000, o turismo passou a ser considerado como a principal atividade econômica urbana do município (mineração e agricultura são consideradas atividades rurais).

Desde 2000, o turismo cresceu muito e vários moradores abriram pousadas, restaurantes e bares visando essa nova clientela. Alguns organizaram passeios e serviço de guias para levar os visitantes às cachoeiras e grutas, que ficam ao redor da cidade. Nos finais de semana prolongados e feriados nacionais como Natal, Ano Novo e Carnaval, a cidade fica cheia de turistas que ocupam todas as pousadas. Em festividades locais, como a Festa de Agosto, tanto as pousadas da cidade quanto os *campings* e pousadas da zona rural ficam lotados. A cidade lucra muito com essa injeção de capital externo. Muitos

turistas consomem desde comida até artesanato, o que dá impulso também ao comércio local, pois São Thomé das Letras cresceu muito nos últimos 5 anos, não apenas por estímulo do turismo, mas, também, pelo inchaço populacional no município. Existem vários moradores novos que construíram casas pela cidade. Essa migração para São Thomé das Letras gerou mais demanda por material de construção, móveis, eletrodomésticos, abastecimento de alimentos e outros serviços.

Quando o turismo firmou-se e o município passou a receber um número constante de visitantes, outra atividade comercial desenvolveu-se em São Thomé das Letras: o artesanato. Os moradores mais antigos criaram o costume de fabricar pequenas casinhas de pedra para vender aos turistas. A ideia cresceu e hoje, organizados em cooperativas, eles vendem seus produtos em vários pontos da cidade e em cidades vizinhas. Os moradores que vieram das grandes cidades para trabalhar com artesanato criaram a Associação dos Artesãos de São Thomé das Letras, que é presidida por um artesão que veio de Belo Horizonte. Todos os artesãos dessa associação são de fora e vivem em sítios na zona rural. Eles vêm para a zona urbana apenas nos finais de semana e feriados, para venderem suas obras.

Muitos desses artesãos forasteiros são de Belo Horizonte e São Paulo, que se mudaram para São Thomé das Letras em busca de um estilo de vida alternativo. Os moradores nativos os classificam de hippies, pois usam roupas simples, às vezes fabricadas por eles mesmos, só comem o que produzem e vendem artesanato para pagar o aluguel e comprar remédios e produtos para a casa. Também fabricam bijuterias, pequenos ornamentos, objetos de decoração e brinquedos, todos feitos de pedaços de madeira, sementes, raízes e pedras encontradas na região. As peças têm inspiração em personagens do universo mítico local, composto de duendes, fadas, elfos, bruxas, extraterrestres e o Cantagalo¹, personagem folclórico da região.

Em São Thomé das Letras, nativos e forasteiros reproduzem diversas lendas, que são utilizadas como material de promoção do turismo local. Já as histórias dos nativos e dos forasteiros são diferentes. Cada grupo crê em lendas

¹ Segundo a lenda, Cantagalo é um animal mítico que habita as matas ao redor de São Thomé das Letras e que costuma aparecer no meio da estrada ou em trilhas durante a noite. Segundo relatos dos moradores, trata-se de um bicho com cabeça de galo e corpo de cobra. Dizem que sua cabeça aparece num lado e o rabo, que é uma mistura do rabo do galo com o de uma cobra cascavel, do outro, e não é possível ver o corpo. É como uma ilusão de ótica. Alguns dizem que ele aparece em locais onde outros animais correm perigo e tem a função de afugentar as pessoas.

e folclores diferentes. Os forasteiros trouxeram a ufologia para São Thomé das Letras. Os primeiros visitantes diziam ver coisas no céu que logo chamaram de OVNI. Os nativos não acreditam muito, mas a prefeitura já oficializou o tema ao incorporá-lo nos folhetos de propaganda turística.

Em 30 anos, São Thomé das Letras cresceu de um pequeno vilarejo, com pouco mais de mil habitantes, para uma cidade com seis mil habitantes. Todo ano, em épocas festivas como a Festa de Agosto, recebe um número cinco vezes maior de visitantes. Hoje, a cidade possui infraestrutura para receber o turista como hotéis, pousadas, restaurantes e bares. Acompanhada do crescimento do turismo e do espaço urbano, veio a descaracterização da cidade, a diminuição da tranquilidade e a ameaça ao patrimônio natural.

Em São Thomé das Letras o turismo é o principal foco de conflito entre os moradores, que dividiu a cidade entre nativos (antigos moradores) e forasteiros (recém-chegados). Há momentos de concórdia e discórdia que estão diretamente relacionados com as relações de conflito e as redes de afiliação de grupos, como nos ensina Simmel (1964). Segundo esse autor, o objetivo de um conflito é resolver dualismos divergentes e atingir uma unidade de grupo. O espaço urbano é o típico lugar para encontrar essas relações de conflito. Parafraseando Simmel, a organização do espaço urbano dá-se de forma muito complexa e está baseada na complexa hierarquia entre moradores e seus sentimentos de simpatia, aversão ou indiferença uns com os outros (SIMMEL, 1964).

O turismo vem aumentando a cada ano e tem sido o responsável por alterações no cotidiano da cidade como novos estabelecimentos comerciais, que surgem mês a mês para atender à crescente demanda do turismo, o consumo crescente de drogas entre os jovens (segundo a prefeitura, a principal entrada é pelos turistas), a depredação de cachoeiras e trilhas por falta de manejo adequado, e a ameaça da tranquilidade pela falta de respeito dos visitantes. Esses aspectos contribuem para uma crescente animosidade entre nativos e forasteiros, já que estes são beneficiados diretamente pelo turismo e os outros não.

Tanto nativos quanto forasteiros acreditam que o turismo traz divisas para a cidade e esse é um ponto positivo para ambos. Os pontos negativos, geradores de discórdia, seriam a algazarra, o excessivo consumo de drogas e a falta de respeito aos eventos religiosos. Os forasteiros defendem que o turismo, além de trazer divisas, também é uma fonte importante de emprego e renda. Contudo, o que mais preocupa é a falta de consciência ecológica e o desrespeito ao patrimônio público.

Os turistas preferem ser atendidos pelos forasteiros e consideram que estes estão mais orientados a seguir o código de direitos do consumidor do que os estabelecimentos de propriedade dos nativos. Contudo, contestam a excessiva preocupação dos forasteiros com o meio ambiente, pois eles querem implementar programas de educação ambiental focados no cuidado com o lixo e na preservação de trilhas e cachoeiras, mas esse programa ainda não tem respaldo total da prefeitura, o que coloca em evidência o forasteiro cricri², que aborda o turista para chamar a sua atenção.

A relação social entre forasteiros e nativos pode ser entendida como uma situação de ambivalência. Todas as situações de conflito envolvendo o turista fazem com que nativos e forasteiros discutam o problema com muito alarde nos fóruns de debate que, no caso de São Thomé das Letras, são a Câmara Municipal e a Prefeitura. Logo depois de os turistas irem embora tudo volta ao normal e a crise dissipa-se, mesmo sem a Prefeitura tomar qualquer atitude. Aliás, a Prefeitura reconhece cada vez mais o potencial turístico e está concedendo muitos benefícios aos que trazem divisas para os cofres públicos, mesmo que o aumento de visitantes traga sujeira ou dano aos espaços públicos da cidade.

O turismo também altera as relações sociais que se estabelecem entre nativos e forasteiros e é um bom exemplo da situação de ambivalência entre os dois grupos. Quando a questão é a destruição da cidade pelos turistas, que deixam lixo por todo lado, depredação de certos locais da cidade e poluição das cachoeiras, os nativos unem-se aos forasteiros. Quando os forasteiros reclamam da falta de sossego, do bem-estar e da paz, os nativos unem-se aos turistas para defender que o turismo é bom para a cidade e traz divisas e progresso. Quando são os nativos que reclamam da falta de respeito dos turistas em relação às festas religiosas e dos dias de luto e resguardo, os forasteiros unem-se aos turistas contra o conservadorismo dos nativos, que querem sempre controlar a cidade e ditar os valores legitimados localmente. O turismo é um fator que desestabiliza bastante as relações sociais entre nativos e forasteiros. Essa realidade não é ainda insustentável, mas tem alterado bastante a dinâmica da cidade.

São Thomé das Letras possui um calendário anual de eventos esportivos, religiosos, festivos, cívicos e outros específicos. O Carnaval, a Festa de Agosto, a *halloween* e a Páscoa são propícias para o aparecimento de conflitos entre nativos e forasteiros.

² Termo nativo que designa pessoa que incomoda ao exigir o cumprimento de alguma obrigação legal, ética ou tradicional.

A semana do carnaval em São Thomé é marcada pela ausência de festas, pois a cidade opta por antecipá-lo em uma semana, para não ter que competir com outras cidades da região do sul de Minas Gerais, conhecidas pelas festas animadas, sendo assim, torna-se opção para quem não gosta dessa festa, recebendo entre cinco e sete mil visitantes durante esse período. Contudo, já representa um problema para os moradores locais, pois os visitantes, além de sujar as cachoeiras e as ruas, ouvir música até tarde, incomodando as pessoas que querem dormir, usam drogas pelas ruas durante o dia, quebram garrafas e, às vezes, organizam brigas no meio da rua, apresentando um conflito potencial entre nativos e forasteiros.

A Páscoa é o feriado mais calmo, pois vêm poucos visitantes para São Thomé das Letras, já que é uma festa pouco divulgada, por ser mais religiosa, e sobre a qual a Igreja Católica impõe mais respeito. De qualquer forma, muitos turistas de São Paulo aproveitam o feriado prolongado para visitar a cidade. Na Sexta-Feira Santa, poucos comerciantes abrem suas lojas, assim, os turistas procuram os estabelecimentos dos forasteiros que não obedecem a esse feriado. Durante a Páscoa, a cidade fica bem mais calma, com menos música e barulho. Porém, o fato de ser um feriado religioso não implica necessariamente que os turistas vão respeitar o lugar. Muitos trazem suas caixas de cerveja e abrem o porta-malas do carro na rua e ficam com os amigos bebendo. Eles representam o estrangeiro (SIMMEL, 1955), que, por estar alheio aos códigos de conduta locais, ser de fora e não possuir intimidade com o local, não se preocupa em respeitar as regras locais, pois, para ele (o estrangeiro) elas não fazem sentido. Durante a Páscoa, quem reclama do turista é o nativo, que está observando o feriado religioso. O forasteiro, acreditando que a rua é pública e que todos têm direito de usá-la, seja essa pessoa religiosa ou não, acha a atitude do nativo um tanto autoritária. Esse tipo de conflito é simbólico e está inserido no discurso de ambos os grupos sociais locais. O forasteiro não se importa com a situação, mas comenta a atitude do nativo como forma de exemplificar sua atitude autoritária.

A Festa de Agosto é o evento mais esperado do ano. São 3 dias de comemoração que sempre ocorrem no final de agosto. Antigamente, era conhecida como a Festa da Colheita, quando a cidade ainda era um lugar de descanso das famílias, que passavam o ano na zona rural dedicado à agricultura, e que depois da colheita iam descansar na cidade. A partir da década de 2000, esse costume acabou e agora tem sentido mais comercial. O ritual anual de celebração da colheita deu lugar a um grande evento comercial com shows de música e diversas opções de divertimento, quando várias barracas são instaladas pelas ruas que circundam a Igreja do Rosário. Os barraqueiros vendem de tudo,

desde roupas até comida. Todo ano, a prefeitura traz um cantor de renome para fazer um grande show ao público, que somado à população local fica entre vinte e trinta mil. A maioria dos participantes da festa é turista e comerciante que vêm das cidades vizinhas, de Belo Horizonte e dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A *halloween* acontece no final de outubro e coincide com o Dia das Bruxas, celebração tradicional nos Estados Unidos, importada para São Thomé no começo da década de 1990. A *halloween* é uma festa menos divulgada pela prefeitura, mas que recebe um número expressivo de visitantes. O público que a frequenta é específico, sendo composto por pessoas que participam ou simpatizam com bruxaria ou têm curiosidade pelo tema. A festa de *halloween* é bem descontraída e a cidade é toda enfeitada com abóboras iluminadas. Todos que participam vestem-se com fantasias.

Os forasteiros e turistas fantasiavam-se para a Noite das Bruxas enquanto os nativos apenas observam. Alguns nativos, sentados nos bares, fazem chacota dos que passam fantasiados, gerando mais controvérsias. Os forasteiros não respeitam a religião dos nativos ao promoverem um evento que exalta ícones considerados por muitos como religiosos demais – no caso da Páscoa. Os nativos também não respeitam a liberdade dos forasteiros que querem, durante a *halloween*, festejar fantasiados, pois a consideram profana demais. A prefeitura não intervém nesses casos, pois acredita ser mais um evento para atrair turistas.

Existem outros conflitos em São Thomé das Letras relacionados com a mineração e com a preservação do patrimônio histórico, pois esse é um tema polêmico que tem gerado algumas brigas dentro da prefeitura e entre os moradores. A prefeitura sempre apoia a mineração, já que a maioria dos prefeitos eleitos nos últimos 20 anos são donos de pedreiras. Assim, a prefeitura tornou-se o pivô da discussão entre nativos e forasteiros a respeito do patrimônio histórico. Novas casas estão sendo construídas próximo do topo da montanha (que é um parque municipal) e ameaçando o patrimônio natural da área. Segundo a vereadora Ana (mandato de 2000-2004), se isso não for contido, em pouco tempo a área será totalmente tomada pelas casas. O prefeito não tem interesse pela preservação e está em constante conflito com os vereadores. Apesar de saber que a preservação é importante para o turismo, ele prioriza a extração mineral.

Como em toda cidade de Minas Gerais que tem atividade de extração mineral, a preservação do patrimônio histórico, arqueológico, artístico, cultural e natural fica em segundo plano em relação ao desenvolvimento econômico da região. A mineração causa conflitos entre nativos, forasteiros e turistas. Os

primeiros dependem dessa atividade econômica, principal fonte geradora de empregos no município. Para os forasteiros, que trabalham exclusivamente com turismo, artesanato e comércio, ela representa a destruição do cartão postal da cidade e para os turistas compromete espaços como cachoeiras, rios, grutas e cavernas.

São Jorge: história, conflito e a situação atual

A Chapada dos Veadeiros está situada próxima à rota dos tropeiros que viajavam entre a Bahia e Goiás. Entretanto, a formação do Povoado de São Jorge está relacionada ao garimpo de cristal de rocha, datado do início do século XX, o que pode ser compreendido em razão do solo da região ser pouco adequado à agricultura e da demanda da rocha ter crescido com a eclosão das guerras na Europa no início do século XX.

Mais tarde, com o declínio do preço do cristal de rocha no mercado internacional, o povoado começou a diminuir e a atividade garimpeira foi quase extinta. Naquele período, a transferência da capital para as proximidades da Chapada, a criação do Parque Nacional do Tocantins e o interesse do governo de Goiás em desenvolver o turismo na região criou diversas situações inusitadas, pois se a queda do preço do cristal levou o povoado a declinar, a criação do parque foi interpretada como causa dessa decadência e a proposta estadual de desenvolvimento do turismo tornou-se o grande pleito dos moradores – ainda que o projeto estivesse orientado apenas para Alto Paraíso. Essa conjuntura culminou na redução de nove décimos do tamanho original do Parque Nacional do Tocantins, que passou a ser denominado Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV).

O filho do governador de Goiás, na época, era o maior entusiasta do projeto turístico para Alto Paraíso. Por meio dele, foram feitos diversos investimentos no município – construção da pista de pouso do futuro aeroporto, do principal hotel da cidade, e melhorias nas vias de acesso. Porém, todo esforço foi em vão depois da sua morte, o que levou o governo de Goiás a abandonar o projeto e a deixar a população local dependente apenas da agricultura de subsistência.

O ostracismo da região perdurou até a década de 1970, quando começaram a chegar outros grupos sociais. Inicialmente, vieram os esotéricos atraídos pelo mito do Planalto Central. Nessa cosmologia, a região central do Brasil e algumas outras no mundo foram eleitas como da Nova Era – época em que as catástrofes que marcariam a passagem do milênio garantiriam a

sobrevivência da humanidade mediante a preservação das comunidades eleitas que estariam residindo nessas áreas.

Essa cosmologia é bastante ampla e diversificada, o que inviabiliza pensarmos nela como um grupo coeso e unívoco. Observamos que as crenças estão respaldadas em convicções de vidas espiritualistas (próximas do hinduísmo, budismo e do espiritismo), mágicas, anímicas (derivadas das religiões célticas e pagãs da Europa Medieval) e ufológicas. Assim como São Thomé das Letras, existem em uma dimensão menor os mitos de cavernas que ligam a região a outras localidades do mundo como Machu Picchu, além de relatos da chegada de seres espirituais iluminados e/ou alienígenas. Apesar de as justificativas serem particulares à crença, elas atuam de forma similar no que diz respeito à propriedade da terra, destinação – apesar de algumas cultivarem e outras apenas contemplarem – e relação com os nativos.

Atualmente, os esotéricos estão agrupados em torno da sede do município de Alto Paraíso. Eles constituem comunidades geralmente fechadas e pretensamente autossuficientes, conciliando a sobrevivência material com a prática cosmológica adequada ao Novo Milênio. A interação entre essas comunidades e as populações locais caracteriza-se por: 1) a contratação dos serviços dos segundos para a instalação dos primeiros; 2) a segmentação, ou seja, a relação gradativamente torna-se distanciada e minimizada.

No final da década de 1980, as reportagens veiculadas na mídia sobre a região começaram a atrair um novo segmento social: os alternativos, que são pessoas com boa condição de vida nas cidades grandes, mas que vivem em localidades menos estressantes. A imagem atribuída à Chapada dos Veadeiros pelos meios de comunicação enaltece as características valorizadas por esse segmento – tranquilidade, baixo custo de vida, elevado nível de cultura, volta à natureza, enfim, possibilidade de viver uma contraproposta ao modo de vida decorrente do modelo industrial e capitalista.

Enquanto os esotéricos modificam o local de acordo com seus universos simbólicos e materiais, sem se adequarem ao meio e aos costumes locais, os alternativos fazem o movimento inverso, pois em busca de uma nova forma de vida, a maioria busca inserir-se na vida local mediante a prática profissional (professores, médicos, dentistas, artistas etc.) e política (elegendo-se para mandatos públicos). Essa prática rompe as tradicionais formas de exercício de poder e limita as fontes de renda para os nativos, levando-os a uma condição ainda mais marginalizada.

A percepção do nativo a respeito dos novos moradores é bastante dinâmica. Quando os esotéricos chegam à região trazendo trabalho para os

nativos, eles são bem vistos, mas com a diminuição da oferta de trabalho e com o isolamento que essas comunidades mantêm com o mundo exterior, os nativos passam a interpretá-las sobre um véu nebuloso. Além de “diferentes” e “esquisitos”, os nativos atribuí-lhes adjetivos depreciativos e especulam suas práticas em contextos ilícitos e imorais.

Já os alternativos são percebidos como concorrentes e expropriadores do poder tradicional. Porém, por seu engajamento na vida social local, rapidamente passam a ser incorporados na sociedade como membros – embora não sejam considerados nativos. Eles são situados em uma organização social paralela e complementar, ou não, à estrutura social nativa, próxima do Poder Público, e são eleitos para cargos como prefeito ou vereadores, enquanto os nativos continuam sendo os legítimos líderes da comunidade.

A instalação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros trouxe para a região os servidores do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) que, depois, foi incorporado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Atualmente, os parques nacionais estão a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Diferentemente dos grupos esotéricos e alternativos, os servidores do IBDF mantinham relações próximas com os nativos – viviam em São Jorge ou nos arredores e mantinham relacionamento afetivo com os nativos (uma das líderes locais é casada com um servidor do antigo IBDF). Porém, a proximidade com os nativos revela práticas pouco comuns para servidores públicos, já que alguns misturam sua posição profissional com as relações pessoais que mantêm no povoado.

O resultado dessa ocupação gradativa da região da Chapada dos Veadeiros, de um lado, foi a eleição de Alto Paraíso como cidade beneficiária dos investimentos na região e, de outro, a manutenção da inércia social, econômica e cultural nos outros povoados, incluindo São Jorge, pois o povoado manteve-se inalterado até a década de 1980, aumentando o número de residências só em meados da década seguinte e alcançando o ápice da ocupação territorial no final do século XX.

Em 20 anos, o exíguo povoado de garimpeiros foi crescendo até esbarrar no limite do Parque Nacional. Na década de 1970, com a chegada dos esotéricos, não houve nenhuma melhoria. Na década seguinte, com a chegada dos alternativos e dos servidores do IBDF as feições de algumas residências mudaram. Porém, na década de 1990, com o crescimento do turismo, os moradores passaram a cercar seus quintais e as áreas vazias foram vendidas até que a Prefeitura interveio para controlar esse comércio de lotes, já que as terras não eram tituladas.



Fonte: Ito et al., 2000 (Data).

Figura 6 - Croquis do Povoado de São Jorge I e II.

Mais tarde, a prefeitura e a comunidade tentaram implementar uma segunda etapa do povoado, onde seriam instalados os moradores que tinham

vendido seus imóveis, os filhos destes e outros. Porém, dada à proximidade do parque, o Ibama embargou um terço do projeto e o mantém assim. Apesar de a fisionomia do antigo povoado de garimpeiros já ter dado lugar a inúmeras pousadas, restaurantes, bares e lojas, muitos nativos inseriram-se nessa nova realidade.

A ampliação e a modificação do espaço estão relacionadas à diversidade cultural dos moradores. Parte considerável das famílias dos garimpeiros ainda vive no povoado, com alguns prestando serviços braçais, outros trabalhando com turismo ou como pequenos empresários. Ao lado deles estão os alternativos, que assumiram para si o modo de vida nativo, e os servidores Ibama, embora estes não se engajem nas atividades laborais dos nativos. A presença de pequenos empresários no povoado tem crescido, sendo geralmente oriundos das grandes cidades.

Apesar da mudança espacial e da diversidade de moradores do povoado, as lideranças tradicionais conseguiram manter seu poder ao longo do processo. No início da década de 1980, os moradores do povoado eram autóctones, muitos trabalhando no garimpo ou os filhos destes. Alguns mantinham atividades comerciais, como o Bar do Pelé e o Seu Claro, mas a maioria não se diferenciava economicamente. Naquela ocasião, duas mulheres pareciam deter legitimidade para falar em nome da comunidade. Ambas trabalhavam na escola, sendo uma delas casada com um servidor do Ibama.

Ainda na década de 1980, o PNCV começou a atrair os moradores de Brasília. Eles vinham nos feriados com seus carros cheios de suprimentos, atravessavam o povoado e acampavam próximo ao Rio Preto. Após o lazer, faziam o trajeto de volta, deixando nas áreas onde acampavam apenas o lixo oriundo dos produtos que traziam. Gradativamente, alguns turistas começaram a interessar-se pelo povoado. Um terreno foi comprado por graduandos em Antropologia e outros visitantes hospedavam-se em casas ou quintais dos nativos.

A partir do êxito de alguns acampamentos em quintais pagos, os moradores passaram a interessar-se pelos turistas. Na época, a percepção dos nativos sobre o parque era a pior possível, pois eles atribuíam o declínio da atividade garimpeira à criação da unidade de conservação. Quando perceberam que podiam receber dinheiro daqueles que vinham visitar o PNCV, passaram a defender seus direitos sobre a área. Essa defesa não reivindicava a propriedade da área, mas o direito de lucrar com a sua existência.

O crescimento do número de acampamentos dentro do PNCV e a quantidade de lixo levaram o Ibama a fechar a unidade para visitaçã

vésperas de feriado, mas muitos moradores já tinham investido suas economias em produtos ou em reforma das suas residências para receberem os turistas. Com o fechamento do parque, a população pressionou o Ibama a abrir a área novamente. Entretanto, a condição que o órgão exigia para ceder ao pleito, seria o controle dos visitantes que entrariam na unidade. Para isso, o órgão custeou um curso de capacitação de guias e vetou a possibilidade de acampamentos dentro do parque.

A interdição dos acampamentos dentro do parque foi benéfica para o povoado, pois, por estarem localizadas na entrada da unidade, as casas dos moradores seriam os melhores pousos para aqueles que pretendiam visitar a área. Entretanto, a visitação só seria feita por guias capacitados no curso que o Ibama custeou, que exigia o segundo grau completo. Esse requisito culminava em reservar vagas para os alternativos e esotéricos, majoritariamente oriundos de Alto Paraíso, o que levou os moradores de São Jorge a exigir a abertura de turmas para nativos, independentemente do grau de instrução. Para isso, foi criada uma turma de condutores de visitantes, que tentava associar o conhecimento nativo com a forma de guiar o turista.

A partir da oferta de renda oriunda do parque seja pela condução de turistas, seja pelos serviços de hospedagem e alimentação, os moradores reelaboraram sua percepção do PNCV, pois vislumbraram a possibilidade de ganhar dinheiro com o turismo. De fato, muitas famílias distribuíam-se em funções capazes de gerar renda nos feriados – enquanto uns conduziam visitantes outros cuidavam do acampamento em seu quintal ou do aluguel de quartos.

A interação entre os diferentes grupos sociais produziu mudanças espaciais no povoado. Alguns moradores começaram a cercar e a vender terrenos, até que a Prefeitura interveio no comércio e dificultou essas transações. Ainda assim, o adensamento do povoado foi bastante evidente tanto pelo número de residências quanto de ruas. As casas também sofreram mudanças de estilo arquitetônico, pois antes seguiam o padrão do interior de Goiás (telhas de barro, portas e janelas de madeira), mas com a construção de uma pousada no povoado, a maioria dos trabalhadores recebeu portas e janelas de metal como pagamento, material que foi incorporado em suas residências. Além disso, a demanda por acampamentos com banheiro e quartos levou muitos moradores a fazerem “puxadinhos”³.

³ Ampliação da construção original sem projeto arquitetônico, seguindo as necessidades imediatas.

A preservação ambiental começou no povoado por diferentes meios. Os primeiros alternativos que ali chegaram promoviam mutirões de limpeza das áreas de acampamento dentro do PNCV. Quando o Ibama implantou as novas regras, a maioria das famílias teve alguns de seus membros capacitados no curso e também ganhou dinheiro com o turismo, o que os levou a assumir questões como responsabilidade pelo PNCV e cuidados com o lixo que, até aquele momento, eram inexistentes na UC, e a criação de organizações comunitárias capazes de defender seus interesses.

Com a criação da Associação de Moradores de São Jorge (Asjor) em cuja direção estava uma das líderes comunitárias, surgiu a necessidade de realizar mutirões para a limpeza do povoado e das suas vias de acesso, após os feriados e finais de semana, além de efetivar a coleta seletiva de lixo nas casas. A criação da Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV) e sua direção também a cargo da família de outra liderança da comunidade permitiram a capacitação continuada dos condutores e dos proprietários de áreas com belezas cênicas capazes de atrair turistas. Os dois casos evidenciam a força das duas líderes na comunidade, já que serviram de espaço político para ambas expressarem-se como representantes dos moradores, considerados alternativos, dos empresários e das novas lideranças (ligadas à Igreja Católica e Evangélica). Uma terceira associação, contemporânea destas, nunca chegou a adquirir força política e era dirigida desde o início por um alternativo.

Mais tarde, com o aumento da densidade populacional do povoado e a instalação de outras práticas religiosas, o poder político passou a ser dividido com o crescente poder eclesiástico. A tradição católica do povoado, sem a presença de um padre, deu espaço ao crescimento dos evangélicos que, por sua vez, fortaleceram as iniciativas de auto-organização dos católicos. Nessa interação entre o poder político e o eclesiástico, uma terceira liderança local alcançou bom prestígio na comunidade, levando em conta que naquele momento alguns alternativos já eram considerados nativos.

Os distintos grupos culturais que fazem parte da comunidade do povoado têm diferentes níveis de integração entre si e estes variam segundo o tempo e a forma. As pessoas de fora foram incorporadas ao povoado com mais rapidez do que os alternativos e estes mais rapidamente do que os empresários e os esotéricos. Contudo, não é uma regra absoluta, já que as características individuais e o prestígio obtido por meio da atuação na comunidade influenciam bastante essa aceitação social.

Outra forma de absorção da temática ambiental na vida do nativo foi a convivência com os turistas. Conta-se que certa vez alguns turistas comentavam

com alguns nativos sobre um incêndio provocado nas redondezas do povoado. Os primeiros diziam que era uma irresponsabilidade alguém atear fogo na vegetação e que isso acarretaria problemas ambientais e econômicos, entre outras coisas. Os nativos concordavam com as falas dos turistas e, silenciosamente, sentiam-se envergonhados por terem sido os autores da queimada.

Por fim, o Ibama e algumas organizações não governamentais (ONGs) contribuíram para a conservação da região, pois, de um lado, aqueles que ganhavam dinheiro com o turismo deixavam de depredar o meio ambiente e, do outro, aqueles que plantavam ou criavam animais passavam a contar com orientações técnicas que substituíram algumas práticas arcaicas. Exemplo disso foi o Projeto Mucuna-Preta⁴ implantado em lugar de queimada, já que essa planta domina a vegetação nativa, enriquece o solo e serve de pasto para as criações.

O acesso à água sempre foi difícil para os moradores de São Jorge seja pela dificuldade de cavar uma cisterna no solo tão pedregoso, seja pela escassez de lençóis subterrâneos ou pela alternância semestral dos períodos de seca (quando tem menos água e mais turistas) e de chuva. Entretanto, na década de 1990, o crescimento demográfico do povoado e a demanda de água gerada pelo turismo (a população quadruplica nos feriados) agravaram esse problema.

A primeira tentativa dos moradores foi convencer a Prefeitura a instalar um poço artesiano, o que não foi suficiente. A partir desse resultado pouco satisfatório e com o contínuo crescimento da demanda, os moradores articularam-se com a intenção de resolver o problema definitivamente. Para isso, teriam de convencer o chefe do parque a dividir a água coletada da sede administrativa com a comunidade. Depois, eles deveriam apoiar o chefe junto à administração central do Ibama, para que fosse liberada a instalação dos canos que levariam água até o povoado. Finalmente, teriam de obter o material de construção e a mão de obra para fazer o serviço.

Os moradores superaram as duas primeiras etapas graças à postura pessoal do chefe, pois, além de ser médico e estar sensível aos problemas do povoado (principalmente os sanitários), contava com certo prestígio na sede, o que pode ter influenciado a aceitação da proposta. A terceira etapa foi resolvida

⁴ Mucuna-preta é a designação comum às plantas do gênero *Mucuna*, da família das leguminosas, subfamília papilionoídea que reúne 100 subespécies de lianas, a maioria com pelos urticantes nos frutos. Também são conhecidas como mucunã e mucuná e são nativas de regiões tropicais. Algumas são cultivadas como ornamentais, outras como forrageiras e poucas medicinais (HOUAISS, 2001).

com a Prefeitura, que lhes concedeu o material necessário para a obra, e com a própria comunidade que realizou um mutirão para trazer a água até o povoado.

No início deste milênio, diante da magnitude dos empreendimentos feitos no povoado (pousadas com banheiros privados e piscinas), do aumento do número de casas e de turistas houve divergências quanto à destinação da água que a comunidade fez chegar ao povoado. Para os nativos e os alternativos, a água deveria ser utilizada racionalmente, enquanto alguns empresários ignoraram a questão. Outrora, as associações faziam valer a voz da comunidade, mas por estarem em declínio não é possível prognosticar cenários futuros.

Da representação à percepção: um mercado de significados culturais de/para distintos grupos sociais

Ao estabelecermos esse diálogo, não tínhamos em mente um caminho ou uma meta a ser alcançada. O ineditismo da trilha que logramos passar convidou-nos a adentrar – apesar de não ser suficiente – em novos conhecimentos como a Antropologia Econômica, por exemplo. Ao mesmo tempo, possibilitou-nos construir uma análise, um texto, uma conclusão, enfim, um entendimento sobre os mercados turísticos que estão sendo estabelecidos em pequenas cidades próximas a grandes centros urbanos.

Por isso, tivemos que perpassar a constituição física dessas localidades, sua composição social e os resultados das suas interações. As belas paisagens do Planalto Central, que outrora atraíam aventureiros em busca de ouro e outros garimpos, ao longo do tempo, passaram a atrair seguidores das mais distintas crenças, culminando em conflitos, alianças e interações sociais próprias. Mas isso é subsumido e amenizado para os olhares do turista desatento e, algumas vezes, também para determinados crenes, nativos e naturalistas.

A interação entre as comunidades e os centros urbanos próximos revela-nos a imbricada simbiose que permeou esse processo, pois, como já descrevemos, a polarização entre a ausência de urbanidade no Planalto Central do Brasil e a presença desta no litoral foi reapresentada no século XX por meio da instalação das grandes cidades interioranas (Brasília, Belo Horizonte, Goiânia e São Paulo) em contraste com a realidade das pequenas localidades, como São Thomé das Letras em Minas Gerais e São Jorge em Goiás. Assim, os dois mundos antagônicos passaram a estar mais próximos espacialmente, evidenciando mais ainda os contrastes entre o urbano desenvolvido e o rural tradicional, a disponibilidade de serviços e de infraestruturas, ou a ausência desses, o alto custo de vida e as formas tradicionais de subsistência.

O antagonismo dos dois mundos deu lugar à sedução e, mais tarde, à complementaridade. A persistência da tradição nas pequenas localidades, à margem dos signos da urbanidade das grandes cidades, ocasionou a sedução da primeira pelo desenvolvimento da segunda e, no sentido inverso, da segunda pela tradição e natureza da primeira. De tal forma, o trânsito dos moradores das grandes cidades pelas pequenas localidades foi gradativamente intensificado para poder desfrutar da natureza e da tradição local ainda preservada, vivenciar as crenças e cosmologias, residir dentro de um universo esotérico e/ou alternativo, conseguir êxito empresarial e ser seduzido pela imagem atribuída a essas localidades.

O deslocamento dos moradores dos grandes centros para as localidades repercutiu na mudança destas. O modo de vida nativo cedeu lugar ao acesso a tecnologias, serviços e ideologias exóticas em uma negociação em que os moradores autóctones, ansiosos pelos benefícios provenientes do desenvolvimento regional, foram adaptando-se aos hábitos que acompanharam essas mudanças. Porém, aqueles nativos que estavam cientes ou foram conscientizando-se da importância do seu modo de vida para os visitantes, trataram de mobilizar suas comunidades e de inserirem-se nessa nova realidade em uma posição social e econômica mais qualificada.

Na comunidade de São Thomé das Letras, onde a abrupta e intensa interação entre nativos e forasteiros culminou em ambiguidades, observamos a reelaboração das práticas tradicionais de acordo com as demandas do mercado turístico. A mineração cedeu espaço ao artesanato, aos restaurantes, aos passeios, aos hotéis e a melhores condições de vida para moradores e trabalhadores. A manutenção do poder das lideranças autóctones em São Jorge aumentou o número de nativo inserido no mercado turístico seja como condutor de visitante, dono de restaurante e/ou de pousada, ou acampamento, seja como comerciante, artesão ou empregado dos novos empreendimentos.

À medida que os visitantes fomentavam mudanças na realidade dessas localidades, por meio do convívio com os moradores, modificavam também seus hábitos de vida. Se o visitante era seduzido pela natureza e as cosmologias atribuídas à região, o convívio com as comunidades locais culminava em convertê-los em moradores, empresários e interessados pelo modo de vida nativo. A sedução pela imagem atribuída à região complementava a vida urbana do visitante, fazendo com que a maioria transitasse com frequência entre os dois mundos ou optasse por viver nas localidades, culminando, assim, na materialização de ideais de paraíso do visitante, ou seja, locais naturais, tradicionais, pequenos, mágicos, tranquilos, prazerosos e não estressantes.

O corolário da interação entre os visitantes oriundos dos grandes centros urbanos e os moradores das pequenas comunidades dá-se pelo mercado turístico que se instala. Inicialmente, esses lugares detêm atributos atraentes para os turistas que buscam aventuras – longínquo, exótico, étnico e natural – e, com o tempo, estão ficando cada vez mais acessíveis graças à implementação de infraestruturas para o transporte, comunicação, acomodação, alimentação e outros serviços. Depois, com o crescimento da atividade turística no contexto mundial, buscam-se novas atrações para um mercado cada vez mais exigente e com grande amplitude de interesses. Conhecer lugares inusitados virou uma espécie de troféu para os viajantes, que, com suas fotografias e suvenires comprovam sua viagem. Assim, o mercado turístico que se instala nessas comunidades supre aqueles que querem viajar, gera renda para os moradores, mas, também, ocasiona problemas para a comunidade local – drogas, prostituição, vandalismo e desrespeito às idiossincrasias dos nativos e dos visitantes.

São Thomé das Letras e São Jorge são vilarejos com menos de dez mil e mil habitantes, respectivamente, e com grande potencial turístico. As duas cidades possuem atrativos naturais, místicos e esotéricos que atraem públicos diversos que querem aproveitar as belezas naturais das duas regiões – cachoeiras, cânions, corredeiras, rios com águas pretas ou cristalinas, flora e fauna exuberantes, formações rochosas diferenciadas e céu estrelado. Turistas esotéricos desejam encontrar energia diferente, novas sensações e vivências não possíveis em outros lugares. Místicos buscam conciliar sua crença com o lugar ideal para realizar seus ritos. Turistas estão em busca de lugar bucólico e tranquilo onde possam descansar do ritmo frenético das grandes cidades.

Os benefícios gerados pelos mercados turísticos que se instalaram nessas comunidades não são valorizados por todos os moradores, pois, ao lado daqueles que se inserem no mercado, estão outros que veem sua atividade econômica ou simbólica ameaçada – é o caso do prefeito de São Thomé das Letras, com sua pedreira, e do último garimpeiro ativo do povoado de São Jorge, por exemplo. As categorias que estão sendo tratadas aqui – nativos, forasteiros, alternativos, esotéricos, místicos, ufólogos e empresários – não têm limites rígidos como os alternativos, por exemplo, que podem ser absorvidos pelos nativos, segundo sua postura, prática social ou situação que aflige a comunidade. Tanto a postura sobre o turismo quanto as categorias que empregamos são expressas pelos informantes de acordo com as práticas e os valores que tendem a predominar em cada grupo, o que lhes garante identidades que se contrastam mais ou menos segundo as circunstâncias que a comunidade vivencia.

A qualificação da heterogeneidade e da homogeneidade das categorias é flagrada pelos conflitos originados dentro ou fora da comunidade. No primeiro caso, as categorias internas da comunidade são evidenciadas pela contenda, permitindo observar oposições entre nativos e alternativos diante de esotéricos e/ou empresários, por exemplo. São alianças, fragmentações e oposições que variam segundo as categorias que protagonizam a disputa. Assim, as categorias tendem a ser mais homogêneas quando disputam com outras categorias, da mesma forma que tendem a ser mais heterogêneas quando estão disputando algo dentro de um conjunto de categorias associadas ou, então, quando não estão em disputa.

O conflito de origem externa demonstra melhor o papel da hegemonia granciana no estabelecimento da coesão e da fragmentação da comunidade, pois, diante de uma ameaça à comunidade, uma das lideranças tende a concentrar o apoio dos demais grupos internos da comunidade em prol do êxito coletivo, permitindo, assim, o estabelecimento temporário da coesão comunitária em torno dessa liderança hegemônica (VELHO, 1987). Por conseguinte, superada a ameaça de conflito ou resolvida a disputa, a comunidade tende a fragmentar-se novamente até que outra circunstância exija nova articulação das categorias internas da comunidade ao redor de uma liderança capaz de tornar-se hegemônica.

O conflito segmenta e dá coesão às categorias internas da comunidade e também a esta, de forma similar àquela descrita por Evans-Pritchard (1979), ao explicar o sistema político Nuer, apesar das diferenças entre os dois estudos e as comunidades que serviram de objeto. No entanto, ao inspirarmo-nos naquele clássico da Antropologia, vislumbramos um quadro similar ao de São Thomé das Letras e São Jorge, ou seja, o conflito articula e desarticula e, ao fazê-lo, garante a dinâmica que a sociedade precisa ter para dar respostas aos problemas que ameaçam sua sobrevivência.

As categorias internas da comunidade podem ser identificadas por tendências e práticas predominantes enquanto os nativos relacionam-se com a localidade por meio da tradição, da posse e do uso econômico dos recursos naturais, pois eles têm o seu simbolismo associado aos valores históricos atribuídos à natureza. Os esotéricos relacionam-se com a localidade mediante suas convicções ideológicas, por meio das quais propriedades são adquiridas para o uso exclusivo dos seus membros; a materialização de suas convicções ideológicas; a eleição de lugares sagrados, entre outros fins. Já os alternativos tendem a apropriar-se do espaço de forma semelhante à do nativo, quando pretendem apenas contemplar e proteger a natureza, ou à do esotérico, quando almejam benefícios econômicos. A maioria dos alternativos mantém-se na

primeira condição e prefere viver no ambiente mais urbano da comunidade. Por fim, independentemente de ser nativo, esotérico ou alternativo, o empresário, gradativamente, adota relações mais formais com a terra (titula sua propriedade), com os recursos naturais (turismo), com as instituições locais (eficiência da gestão pública) e com os moradores (relações cordiais e/ou trabalhistas).

Se a destinação e/ou percepção do espaço pelas categorias sociais que vivem na localidade é marcada por convicções ideológicas e delimitada concreta e/ou simbolicamente, para o turista essa diferenciação pode ou não ser percebida. Exceto no caso dos turistas mais atentos, daqueles que buscam interagir especificamente com uma dessas categorias e/ou dos que são frequentadores da região, a maioria não percebe nitidamente as distintas categorias, principalmente se não coincidirem com algum fenótipo racial. Para esses turistas, a localidade é onde se faz a festa, convive com a natureza, descansa do ambiente urbano e desfruta do imaginário local sem grandes expectativas.

O contraste existente entre a diversidade de categorias sociais nas comunidades locais e a percepção obtusa dos turistas sobre essa realidade é ocasionado pelo mercado turístico instalado, pois os diversos elementos que particularizam cada um dos grupos da comunidade estão subsumidos em um todo a ser consumido pelo visitante, ou seja, para o visitante, os símbolos esotéricos, as ideologias alternativas e as práticas nativas são o povoado, um todo eclético e coeso, perspectiva que, eventualmente, pode ser desmascarada em determinadas circunstâncias ou sob um olhar mais atento.

Um roteiro típico em um final de semana normal de maio, ou seja, sem feriados que possam prolongar a quantidade de dias de descanso, seria assim: no final da sexta-feira chega ao povoado de São Jorge um casal proveniente de Brasília. Eles hospedam-se na Pousada Trilha Violeta – nome que remete à crença de Saint German, Fraternidade Universal – e, mais tarde, saem para caminhar nas ruas do povoado. Ao longo da caminhada, resolvem comer um crepe em uma lanchonete, onde são servidos pelo casal que ali refugia-se do estresse das grandes cidades. No dia seguinte, acordam para fazer a trilha que os leva ao salto e à Cachoeira do Rio Preto. Pagam a entrada ao Ibama e contratam um condutor credenciado por este, cuja função será guiá-los pelo parque e prestar orientações. Geralmente, esse condutor é nativo ou alternativo, conhece bem a região, a vegetação, a fauna e as trilhas. Seu conhecimento soma-se aos que ele adquiriu tanto em cursos de guia quanto em contato com seus clientes. Após um dia de caminhada orientada, o casal chega ao povoado para almoçar no restaurante da Téia ou da Nenzinha – restaurantes nativos bastante disputados pelos turistas e servidores do Ibama. À noite saem para comer pizza

e assistir à apresentação de músicos de Brasília que, coincidentemente, estão ali. No dia seguinte, após o café, passam na feirinha e compram um cristal puro ou outro objeto com pedras, trabalhado por um artesão local, a partir do material garimpado nas redondezas, e seguem para outro passeio. Ao final do dia retornam para Brasília.

O termo tão usual em Brasília – ir à Chapada –, caricaturizado em São Jorge, revela a passagem do turista por distintos grupos sociais, cujos elementos identificadores da categoria a qual pertencem não acrescentam muito ao visitante, pois ele foi a um local distante, de difícil acesso, mágico e natural, desfrutou de trilhas difíceis, comprou seus troféus e retornou com muitas histórias para contar. Nesse roteiro, provavelmente, ele conversou com o condutor e com os vendedores na praça, obteve algumas dicas com o pessoal da pousada e com outros turistas, entretanto, não vivenciou as crenças esotéricas, a vida nativa ou a proposta alternativa.

Para compreendermos esse tipo de interação bastante comum em São Thomé das Letras e em São Jorge, podemos inspirar-nos no livro *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, de Goffman (1985). Nele, o autor trata das interações sociais que permeiam as performances, o que permite vislumbrarmos a natureza enquanto palco, onde os moradores veem, materializam e justificam suas convicções simbólicas mais particulares, e os turistas experimentam um contato com a natureza bela e, ao mesmo tempo, mística, alternativa e extraterrena. Assim, esse visitante insere-se ou reafirma-se em um universo simbólico que almeja estar, realizando, assim, a representação que os moradores são capazes de executar e que os turistas podem acreditar, dentro das regras do decoro.

Essa representação na qual a diversidade social da comunidade é subsumida na imagem eclética e coesa, atribuída à localidade, é apresentada ao turista pelo viés do mercado turístico ali instalado, pois todos os grupos que compõem o povoado distinguem-se em algum nível, cujas particularidades contribuem para a imagem a ser apresentada, de forma amainada, como atributo turístico para o estrangeiro, já que este é o ator essencial e a principal fonte de recursos para a comunidade. As adversidades internas da comunidade não precisam transparecer, mas, sim, a imagem de local aprazível e almejado pelo turista. Por esse motivo, o povoado mantém-se nativo, mágico, alternativo, eclético e coeso para o visitante. Parafraseando Velho (1985), em *Desvio e Divergência*, trata-se da imagem “construída” e veiculada pelos moradores, que motiva o turista a conhecer a Chapada, e aquela que este atribui à comunidade.

Ao observarmos a festa de *balloween*, em São Thomé das Letras, confirmamos essa assertiva, pois, apesar de ser funesta para os nativos, ninguém

deixa de vender seus suvenires. Assim, pode-se observar que as posturas, representações e interações entre os distintos grupos que compõem esses povoados, acabam por amainar ou não veicular suas diferenças quando estão inseridos no mercado turístico.

A imagem atribuída à localidade, pelo turista, está repleta de signos decorrentes do que existe no local, aquilo que lhe é atribuído pelo primeiro e o que é manifesto pelos moradores. Assim, temos uma natureza típica de Cerrado valorizada simbolicamente por crenças esotéricas, ufológicas e a tradição nativa, e desfrutada pelos turistas que visitam o local.

Berger e Luckmann (1976), em *A Construção Social da Realidade*, apontam que a realidade é fruto de uma construção social seja objetiva ou subjetiva. Nesse sentido, os atrativos turísticos de São Thomé das Letras e de São Jorge pertencentes à realidade objetiva são acrescidos de elementos da realidade subjetiva, o que culmina em sedimentação da tradição, da legitimação e da reprodução mediante a socialização. Assim, ambas as localidades, após terem agregado elementos simbólicos a sua realidade, apresentam estes como próprios da sua identidade, ainda que não seja unívoca e não fragmentada.

A linha de tensão entre as identidades dos distintos grupos sociais que compõem as comunidades e a percepção que os turistas têm de cada uma enquanto localidade eclética e coesa só são possíveis mediante a existência do mercado, pois as divergências entre os grupos acabam amainadas em prol da celebração das trocas econômicas e, em alguns casos, simbólicas. Trata-se do mercado como síntese do imbricado social que compõe a comunidade e do conjunto de produtos que esta oferece ao turista, permitindo fazer da localidade o espaço dessa síntese.

O espaço materializado na localidade está em constante negociação, pois independentemente da coesão da comunidade e das situações que a afligem enquanto coletividade existem dimensões em que o exercício do poder influi na definição espacial. Trata-se da dimensão social, que se assenta na tradição nativa, da econômica, que deriva da capacidade de manusear e/ou gerar recursos, e da ideológica, que pode estar amparada em normas jurídicas ou em convicções idealistas, religiosas e simbólicas.

A capacidade de articulação dos nativos em torno das mesmas lideranças demonstra o poder da dimensão social, já que o capital acumulado pelos líderes origina-se da legitimidade social que a família detém na localidade e que é reafirmada pela prática dos líderes. Apesar do impacto que a heterogeneidade social possa exercer sobre esse poder, de fato, ele continua sendo exercido

implicitamente ou não, segundo as circunstâncias. Ainda assim, foi o exercício desse poder que evitou que os nativos fossem excluídos do mercado turístico de São Jorge e permitiu sua inserção em condições mais favoráveis.

A imagem simbólica atribuída à localidade culmina em poder para seus reconhecidos porta-vozes, já que a composição política do poder local precisa do apoio desses segmentos e cede espaço aos seus representantes, possibilitando que políticas orientadas para esse tipo de público sejam desenvolvidas e que a presença de suas convicções seja institucionalizada. Assim, a localidade passa a ser reinventada segundo os signos daqueles que exercem o poder, a exemplo do “Vale dos Cristais”, de outrora, que hoje é fotografado pelos visitantes de São Jorge sob o nome de “Vale de Maitreia”.

O poder econômico é mais difuso em São Jorge já que os nativos, alternativos e esotéricos possuem empreendimentos que atendem aos turistas. Entretanto, esse poder concentra-se nas lideranças comunitárias em circunstâncias específicas, pois a capacidade de articulação dos grupos sociais em prol dos pleitos coletivos é bastante grande. Um exemplo dessa capacidade de articulação dos moradores foi a conquista da água, ocasião em que todo o povoado de São Jorge uniu-se para conseguir água encanada para as casas. Em São Thomé das Letras, o poder econômico está concentrado nas mãos dos forasteiros, com seus empreendimentos comerciais voltados aos turistas, e de alguns empresários locais donos das pedreiras. Os nativos estão começando a participar da atividade do comércio, atendendo à demanda crescente do turismo.

Entretanto, todos os segmentos sociais do município de Alto Paraíso (incluindo São Jorge) uniram-se em prol da ampliação do povoado e não obtiveram êxito em razão do poder jurídico ter sido evocado ao Ibama na época. A linha de tensão entre a capacidade de exercer poder no povoado é bastante tênue já que os diferentes grupos lograram aumentar duas quadras residenciais e foram embargados no lançamento da terceira, dada a proximidade desta com o limite do PNCV.

Observa-se que o exercício de poder dos diferentes grupos é bastante complexo, ainda que às vezes seja eficaz. Por esse motivo, fica claro que a espacialização do mercado no povoado atua em dois universos, a saber: um físico e outro simbólico. Estes estão imbricados tanto para os moradores quanto para os turistas, apesar de a sua percepção por um ou outro ser bastante diferenciada. Essa imbricação dos universos repercute em complexas redes de alianças, oposições, acordos e antagonismos. Assim, no espaço físico são materializadas, segundo o poder do ator ou do grupo que detém o pleito, as

convicções de cada segmento e os investimentos individuais dos seus membros. Por fim, o turista transita nesse meio sem ter ciência do complexo emaranhado que fomenta sua aventura, seu lazer e sua viagem.

Finalmente, poderíamos apontar que a leitura não é unívoca pela complexidade dos objetos. Fica difícil uniformizar algo que por si só não é realmente coeso, pois, apesar das semelhanças entre os estudos, existem diferenças no que diz respeito às localidades (São Thomé das Letras e São Jorge) nas quais estão inseridas (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, e Distrito Federal e Goiás, respectivamente), às formas de gestão territorial (patrimônio histórico, áreas de proteção permanente e zona de amortecimento do PNCV), entre outros. Ainda assim, podemos vislumbrar algumas semelhanças, como a mobilização das comunidades na defesa dos seus interesses; o engajamento em prol do desenvolvimento do turismo e a segmentação/coesão entre os grupos que compõem as comunidades. Tudo isso corrobora com outros estudos a respeito de pequenas localidades que, detendo atributos turísticos (simbólicos e físicos) e estando situadas próximas a grandes centros urbanos, culminam em tornarem-se lugares preferenciais para a instalação de mercados turísticos.

Referências

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

FLEISCHER, D. I. R. **São Thomé das Letras**: uma etnografia de ver para crer. 2003. Dissertação (Graduação) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBAMA. **Mapa de unidades de conservação de Goiás**. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br/unidades/geralucs/mapas/mapasing/estados/go.jpg>>. Acesso em: 10 maio 2004.

IBAMA. **Unidades de conservação do Brasil**. Brasília, 1989.

ITO, H. K.; SANCHES, R. A.; FALEIRO, R. P.; THOMAZIELLO, S. A.; BEDE, C. E. S.; ENGLER, E. F.; BERNARDI NETO, D.; SAVASTANO, D. **Viabilidade do ecoturismo no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros**: Vila de São Jorge, município Alto Paraíso de Goiás – GO. Campinas, SP: Nepam/Unicamp, 2000, [Monografia de Especialização].

EVANS-PRITCHARD, E. E. **The nuer**: a description of the livelihood and political institutions of a nilotic people. New York: Oxford University, 1996.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

LIMA, S. F. **Fotos da Chapada dos Veadeiros**. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br/unidades/index.php3?rep=parques/fotos/12&image=f13.jpg>>. Acesso em: 15 maio 2004.

MACCANNELL, D. **The tourist**: a new theory of the leisure class. Berkeley: University of California Press, 1999.

RIBEIRO, G. L.; BARROS, F. L. **A corrida por paisagens autênticas**: turismo, meio ambiente e subjetividade na contemporaneidade. Brasília: Universidade de Brasília, 1994. (Série Antropologia, 171).

SIMMEL, G. **Conflict and the web of group's affiliations**. Nova York: The Free Press, 1955.

SMITH, V. L. **Hosts and guests**: the anthropology of tourism. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

VELHO, O. G. **Hegemonia**. Dicionário de Ciências Sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

VELHO, G. **Desvio e divergências**: uma crítica da patologia social. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

Sobre os autores

Alexandro Machado Namem

Antropólogo e Professor Adjunto de Antropologia na Universidade Federal de Roraima (UFRR) (e-mail: alexandronamem@hotmail.com). Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelas bolsas de estudo concedidas de 1998 a 2001, durante curso de doutorado não concluído na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFRR, pelas sucessivas liberações de 2002 a 2007, para a realização de trabalhos de campo entre os Laklânô; aos colegas Gustavo Lins Ribeiro (Universidade de Brasília-UnB), Marco Antonio Lazarin (Universidade Federal de Goiás-UFG) e Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro-MN/UFRJ), pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; aos colegas do doutorado Sidnei Peres (Universidade Federal Fluminense-UFF), da Unicamp, e Marcela S. Coelho de Souza (UnB), em disciplinas no Museu Nacional; aos amigos e/ou colegas que leram versões anteriores deste texto, inclusive pelas sugestões nem sempre incorporadas; ao amigo Sávio L. Sens (Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC/PR), pela convivência nesses 10 anos em que nos conhecemos e pelos apoios nas horas em que mais precisei; à Onadir e ao Gerson Dietrich, bem como à família Davi Vinci, em Ibirama (SC), pela amizade e por tudo que fizeram por mim; e ao Rodrigo Paranhos Faleiro (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama), Cristhian Teófilo da Silva (UnB) e Stephen G. Baines (UnB), por publicarem este texto. Ao último, também, pela amizade e pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; dedico este texto à Vanessa Lea (Unicamp), à Lana Araújo, ao Rafael José de Menezes Bastos (Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC), à minha avó materna Maria Lúcia da Silva Machado (in memoriam), às minhas mães Laklânô Iocô Uvânhecû e Aneglon Ndili, e aos meus netos Lucca Giacomazzi Picon e Sara Feijó.

Claudia López Garcés

Antropóloga, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFPA). clapez@museu-goeldi.br

O artigo está baseado na pesquisa entre os Ticuna da trifronteira Brasil/Colômbia/Peru para o Doutorado em Antropologia pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e o Caribe (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB) (2000),

e numa pesquisa entre os Galibi do Oiapoque, na fronteira Brasil/Guiana Francesa, efetuada entre os anos 2001-2002. Agradeço à Capes pela bolsa de doutorado e ao CNPq pela bolsa para efetuar a pesquisa na fronteira Brasil/Guiana.

Cláudia Tereza Signori Franco

Possui Graduação e Pós-Graduação em Antropologia Social pelas Universidades de Brasília (UnB) e Católica de Brasília (UCB); Especialização em Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial pela UnB e Mestrado (bolsista Capes) em Planejamento e Gestão Ambiental pela UCB. Atua como coordenadora de projetos do Instituto Etno Ambiental e Multicultural Aldeia Verde - IEMAV, onde realiza a implementação e o monitoramento de projetos de desenvolvimento junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Tem experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em política indigenista, atuando principalmente nos seguintes temas: Planejamento e gestão ambiental em terras indígenas (TIs), Levantamento de Impactos Socioambientais em TIs, Levantamento Demográfico e Fundiário em TIs, Antropologia & Meio Ambiente, Organização Social Indígena e Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos de Etnodesenvolvimento.

Cloude de Souza Correia

Possui doutorado em Antropologia pelo PPGAS/UnB, concentrando-se nas áreas de Antropologia Ecológica, Sociedades Complexas, Relações Interétnicas e Cartografia Social. Atua principalmente com os seguintes temas: povos indígenas, mapeamentos participativos, unidades de conservação, conflitos socioambientais, gestão territorial e processos fundiários. Nos últimos anos, prestou diversas consultorias para organizações não governamentais e órgãos dos governos Federal e Estadual com o propósito de contribuir com a consolidação de processos de regularização fundiária de terras indígenas e de ações de gestão territorial junto a povos indígenas da Amazônia. Em atividades de docência esteve vinculado ao curso de Comunicação das Faculdades Integradas ICESP por quatro anos. Atualmente, é coordenador de projetos do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), atuando junto a povos indígenas situados em estados da Amazônia brasileira: Rondônia, Amazonas, Acre e Pará. Como coordenador organiza cursos e seminários relacionados com a temática da gestão territorial indígena e do fortalecimento institucional de associações indígenas. Relações Interétnicas; Antropologia Ecológica; Sociedade e Meio Ambiente e Antropologia Política.

Cristhian Teófilo da Silva

Graduado, Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), onde é Professor no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC). Atualmente, realiza pesquisas comparadas sobre movimentos indígenas,

políticas indigenistas e indigenismo no Brasil e no Canadá, com ênfase nas relações entre maiorias nacionais e minorias étnicas. silvact@unb.br

David Ivan Rezende Fleischer

Trabalha para a Fundação Interamericana (IAF) como representante para o Brasil e o Uruguai. Foi Diretor Executivo da Associação de Estudos Brasileiros (Brasa) e Coordenador do Instituto Lemann de Estudos Brasileiros na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. Trabalhou no Programa- Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), no Programa de Pequenos Projetos (PPP) e outros projetos do Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É doutor em Antropologia pela University at Albany (SUNY-Albany) e mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). David lecionou Antropologia em universidades americanas e desenvolveu pesquisas sobre a relação de projetos de conservação ambiental com projetos de desenvolvimento comunitário de ecoturismo. Atualmente, na IAF, coordena projetos de desenvolvimento de base no Brasil e no Uruguai.

Gersem José Santos Luciano dados

É índio Baniwa, graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (1995) e mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2006). Foi membro do Conselho Nacional de Educação no período de 2006 a 2008. Atualmente é doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, Coordenador-Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação e Diretor Presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep). Tem experiência na área de Educação, Gestão de Projetos e Desenvolvimento Institucional com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação indígena, política indigenista, movimento indígena, desenvolvimento sustentável e povos indígenas.

Isis Maria Cunha Lustosa

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/IESA/UFG. Mestre em Geografia/IESA/UFG. Especialista em Turismo e Meio Ambiente/UECE. Membro do Grupo de Pesquisa Geografia Cultural: Território e Identidade/IESA/UFG. Colaboradora no projeto As Identidades Sociais e suas Formas de Representações Subjacentes nas Práticas Culturais/IESA/UFG, e no projeto A Dimensão Territorial das Festas Populares e do Turismo: Estudo Comparativo do Patrimônio Imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe, pela UFG/UFS/UFC. Técnica Especializada em Programa de Cooperação Internacional/MMA/PDA.

Jaime Garcia Siqueira

Doutor em Antropologia Social pela UnB com mestrado também em Antropologia Social pela USP. É professor adjunto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA),

coordenador de projetos do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e atualmente trabalha como coordenador-geral substituto da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental da Funai (CGGAM). Este artigo é baseado em sua tese de doutorado (2007) e seus principais temas de interesse são as configurações contemporâneas dos movimentos indígenas no Brasil, como eles têm lidado com a questão ambiental e o papel do antropólogo diante desses movimentos e das políticas de Estado.

Josué Tomasini Castro

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde 2005 trabalha junto às comunidades Herero na Namíbia. Principais publicações: *Vá e conte ao seu povo: interpretações e mediações no trabalho antropológico*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia, v. 3: p. 79-91, 2008; *Sincretismo e Resistência: o caso africano da igreja Oruuano*. Campos (UFPR), v. 9, p. 131-157, 2008; *What's your Nation? Nationalist Itineraries in Namibian History*. Vibrant (Online), v. 5, p. 128-146, 2008.

Katianne de Sousa Almeida

(e-mail:ksantropologia@gmail.com) Mestranda em Antropologia Social da Universidade Federal em Goiás. Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás em 2009. Possui graduação em Antropologia (bacharelado), 2006, e Ciências Sociais (licenciatura), 2005, pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Arte Indígena, Patrimônio e Museologia, Revitalização Urbana, Urbanismo, Gênero, Sexualidade e Mídia. Atualmente trabalha como Analista Legislativa na Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Atua principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, Políticas de Saúde para Mulheres, Assessoramento Temático às demandas do Legislativo Goiano.

Leonardo Schiocchet

Ph.D. em Antropologia Social, Boston University (depois de 1º de maio de 2010). Junior Visiting Fellow do Institut für die Wissenschaften vom Menschen, Viena (IWM) (até 30 de junho de 2010).

Luis Cayón

Antropólogo pela Universidad de Los Andes, Bogotá, Colômbia, (1998), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2005) e Doutorando em Antropologia Social pela mesma instituição. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É autor do livro *En las aguas de yuruparí. Cosmología y chamanismo Makuna* (2002) e coautor do livro *Etnografía Makuna. Tradiciones, relatos y saberes de la Gente de Agua* (2004). É autor de vários

artigos em capítulos de livros e periódicos nacionais e internacionais, principalmente na área de Etnologia Indígena.

Luís Guilherme Resende de Assis

Doutorando em Antropologia Social; bolsista CNPq. Artigo baseado na monografia de graduação (Resende de Assis, 2004) e no artigo de seleção de mestrado da UnB escrito em 2004. Atualmente, desenvolve pesquisa na Antártida junto a cientistas, militares e alpinistas.

Maria Inês Smiljanic

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília e professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná. Desenvolve pesquisa entre os yanomães do Alto Toototobi e entre os Yanomami de Maturacá. Coordena a equipe associada do PPGAS-UFPR no Projeto de Cooperação Acadêmica: Etnologia Indígena e Indigenismo – novos desafios teóricos e empíricos, financiado pela Capes.

Maxim Repetto

Bacharel em Humanidades com menção em História - Universidade do Chile (1994), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1997) e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2002). Atualmente é professor Adjunto III na Universidade Federal de Roraima/UFRR, atuando como professor no Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. Realiza Pós-Doutorado no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS, DF- México), com Bolsa Capes/MEC/Brasil (2009-2010). Tem experiência na área de Antropologia Política, Antropologia da Educação, Políticas Indigenistas e Indígenas, Movimentos e Organizações Indígenas, Etnologia Indígena e Povos Indígenas em Roraima, educação escolar indígena, com ênfase na Formação de Professores Indígenas, plano de manejo ambiental e etnomapeamento de terra indígena e assessoria em projetos sociais a organizações indígenas.

Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves

Possui graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (1997) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Possui 14 anos de experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: identificação de terras indígenas, prática antropológica, política indigenista, estudos etnoecológicos de terras indígenas e turismo étnico.

e-mail: rodrigo.chaves73@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2730318839586069>

Rodrigo Paranhos Faleiro

Cursa Doutorado no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da UnB, onde pesquisa grupos indígenas que vivem em áreas protegidas nas fronteiras da Amazônia. Recebeu o título de Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (2005), com a dissertação *Unidade de Conservação versus Terra Indígena, um Estado em conflito: estudo da influência da pessoa na gestão pública*. Cursou especialização e aperfeiçoamento na Unicamp/Nepam, monografia *Viabilidade do Ecoturismo no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros* (1999); Unicamp/Nepo, *Vetores de Desenvolvimento da Região Norte* (1998); Cesape, *Jalapão: a última fronteira* (1990); Usaid/IIEB, *Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação*, entre outros cursos. Possui seis capítulos publicados em livros (dois outros em fase de publicação no México e nos Estados Unidos), duas dezenas de trabalhos acadêmicos apresentados e publicados em Anais de eventos nacionais e internacionais, e vários outros trabalhos técnicos na área de meio ambiente, populações tradicionais e povos indígenas. Atualmente, está organizando um livro sobre Ecoturismo em Áreas Protegidas com o professor Paul E. Little (UnB) e David Ivan R. Fleischer (Suny), com o qual coordenou três discussões sobre o tema na Reunião de Antropologia Equatorial em Sergipe (2007), Encontro da Associação Americana de Antropologia em San Francisco (2008) e, em junho, no Congresso Internacional de Americanistas no México (2009). Além dessas atividades, trabalhou no Projeto Catalisando as contribuições das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros, na Cooperação Brasil/França em Áreas Protegidas, no Plano de Administração da Área sob Dupla Afetação pelo Parque Nacional Monte Roraima e a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, no Projeto de Conservação do Cerrado no Jalapão, entre outros.

Santiago Plata Rodríguez

Profissional independente do setor de Artes Interpretativas.

Sílvia Guimarães

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, professora adjunta do Curso de Saúde Coletiva, Campus Ceilândia/Universidade de Brasília. Atua na área de Etnologia Indígena, especialmente nas discussões sobre corporalidade e xamanismo. Este trabalho está baseado em pesquisa de campo realizada entre os Sanumá-Yanomami.

Stephen Grant Baines

Professor Associado do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador 1A do CNPq. Graduado (BA Hons. em Árabe e Sociologia da Religião), University of Leeds, Inglaterra (1971), M.Phil. em Antropologia Social pela University of Cambridge, Inglaterra (1980), e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1988) e Pós-Doutorado (UBC, Canadá; e ANU, Austrália, 2009-2010). É brasileiro naturalizado. Tese de doutorado: *É a Funai que Sabe: A*

Frente de Atração Waimiri Atroari, publicada em forma de livro, em 1991, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq. Possui diversas publicações em periódicos nacionais e internacionais na área de Etnologia Indígena, Identidade e Relações Interétnicas, Antropologia Política, Povos Indígenas e os Impactos de Grandes Projetos de Desenvolvimento Regional, e Etnicidade e Nacionalidade em Fronteiras. Projeto de Pesquisa atual: Etnologia Indígena Comparada: Brasil – Austrália – Canadá (com pesquisas etnológicas com povos indígenas), pesquisa junto aos povos makuxis e wapichanas sobre etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil/Guiana desde 2000; e acompanhamento da situação dos Tremembé do litoral do Ceará desde 2000. Desde janeiro de 2008 atua sobre a situação de indígenas no sistema penitenciário de Boa Vista/Roraima. Coordenador fundador do Geri em 1997.

Thaís Teixeira de Siqueira

Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006/2010). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (2002) e mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Comunidades Quilombolas e Cultura Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio imaterial, INRC (Inventário nacional de referências culturais), turismo cultural, festa, memória, musicalidade, folias, racialidade e pós-colonialidade.

Thiago Ávila (*in memoriam*)

Possuo graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília (2001) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Atualmente sou antropólogo consultor da ACT Brasil (Equipe de Conservação da Amazonia). Minhas experiências profissionais são na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: política interétnica, povos indígenas, biopirataria, conhecimento tradicional associado a recursos genéticos, krahô e indigenismo. Atuei como assessor de organizações indígenas, organizações não-governamentais indigenistas e órgãos governamentais.

Sobre o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas

O Geri é um grupo de estudos dedicado ao estudo amplo das relações interétnicas. Nosso propósito é a produção e divulgação do conhecimento produzido por estudantes, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas e campos de atuação.

O Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) foi formado em 1997 por estudantes e pesquisadores de graduação e pós-graduação do Departamento de Antropologia (DAN) e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB), tendo como Coordenador o Prof. Dr.

Stephen Grant Baines e a colaboração de Maxim Repetto, na época, mestrando em Antropologia.

Desde sua criação buscamos abrir um espaço crítico de diálogo acerca de temas referentes às relações interétnicas em termos abrangentes, sendo estimulada a divulgação de trabalhos em nosso Boletim e a participação em nosso programa de seminários.

Vários projetos de pesquisa foram iniciados e realizados a partir das discussões do Geri, o que viabilizou a elaboração de monografias de graduação e pós-graduação, artigos e a organização de grupos de trabalho em congressos científicos. Parte desses resultados podem ser acessados através do Boletim Anual do Geri disponível em nossa página.

Venha conhecer o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri). Apresente seus trabalhos e publique seus textos na Interétnica – Revista de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas.

<http://e-groups.unb.br/ics/dan/geri/index.php?page=0>

O IEB

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma associação civil brasileira sem fins lucrativos, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais.

Promovendo autonomia na gestão dos seus territórios e dos recursos naturais com participação, diálogo permanente, valorização das diferenças e incentivo à atuação das populações locais, o IEB desenvolveu uma reconhecida *expertise* em processos de articulação entre setores que, historicamente, têm tido dificuldade de aproximação e diálogo.

Os programas e projetos da instituição atendem indivíduos que atuam com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, em suas diversas interfaces, com foco no bioma amazônico. Desse público destacam-se: comunidades extrativistas, assentados, populações indígenas, profissionais e estudantes da área ambiental.

Missão

Capacitar, incentivar a formação, gerar e disseminar conhecimentos e fortalecer a articulação de atores sociais para construir uma sociedade sustentável.

